



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO PMSG Nº 017/2020

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS, EMPREGADOS, FUNÇÕES PÚBLICAS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, PENSIONISTAS JUDICIAIS, CONSELHEIROS TUTELARES E ESTAGIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, DOS PAGAMENTOS DE FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DE PAGAMENTOS INSTANTÂNEOS (PIX) EM FAVOR DESTA MUNICIPALIDADE, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, COM A PERMISSÃO GRATUITA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO PARA A INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA OU POSTO BANCÁRIO JUNTO AO PAÇO MUNICIPAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, com sede à Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo/RJ, representado, neste ato, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito José Luiz Nanci, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 81.135.199-8 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 481.591.907-00; a **FUNDAÇÃO DE ARTES, ESPORTE E LAZER DE SÃO GONÇALO – FAESG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.541.202/0001-00, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Sr. Carlos Ney Pinho Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 05.912.739-9 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 678.401.247-04; a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE SÃO GONÇALO – FUNASG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.472.412/0001-39, neste ato representada por sua Presidente, a Sr.^a Cláudia Tarouquella da Silva Brandão, brasileira, casada, possuidora da Carteira de Identidade nº 8363 – CRESS e inscrita no CPF/MF sob o nº 641.654.347-87; o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.884.903/0001-07 e a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.260.120/0001-63, ambos representados por seu Presidente, Sr. Deivid Robert Cresci Campos, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 13.074.762-9 DETRAN/RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.268.327-24; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO GONÇALO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.109.114/0001-90, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Infância e Adolescência, Sr.^a Maria Bethânia Raulino Marques Gomes, brasileira, viúva, portadora da Carteira de Identidade nº 83.094.415-7 - DETRAN/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 573.775.887-72; o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME/SG**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.023.457/0001-45, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Maurício Nascimento de Almeida, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 10.223.595-9 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 081.984.817-45; o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO – IPASG**, neste ato representado por sua Presidente, a Sr.^a Marcelle Cipriani de Almeida, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 13217389 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 053.693.056-25; e a instituição **ITAÚ UNIBANCO S/A**, situada à Rua Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada por seus procuradores, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** bancários de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento, demais especificações contidas no Termo de Referência, com fundamento no processo administrativo nº 24.142/2020, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de INSTITUIÇÃO financeira bancária para prestação de serviços bancários de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores municipais ativos, empregados, aposentados, pensionistas, pensionistas judiciais, conselheiros tutelares e estagiários da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo, dos pagamentos de fornecedores, prestadores de serviço e recebimento dos créditos provenientes de Pagamentos Instantâneos (PIX) em favor desta municipalidade, em caráter de exclusividade, com a permissão gratuita de uso de espaço físico para a instalação de agência ou posto bancário junto ao Paço Municipal, observada as demais especificações contidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato terá vigência e execução a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo, limitado a 60 (sessenta) meses.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO SEGUNDO - A transição/preparativos deverá ocorrer no período de até 23 dias úteis da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, esse prazo poderá ser prorrogado por até doze meses, nos termos do §4º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se a:

- a) Observar as disposições, rotinas e procedimentos que lhe competem, conforme disposto no presente instrumento e no termo de referência que lhe integra;
- b) Fiscalizar a execução dos serviços e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratuais previstas;
- c) Comunicar ao contratado qualquer alteração nas instruções referentes aos pagamentos da folha remuneratória e de fornecedores e prestadores de serviço.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Executar o objeto de acordo com as disposições contidas neste Termo de Referência e seus respectivos anexos;
- b. Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como, as normas municipais que vierem a ser editadas sobre crédito de pagamento de salários;
- c. Obriga-se a receber a arrecadação de pagamentos instantâneos (PIX) em favor desta municipalidade, obedecendo ao disposto na Circular nº 4.027 de 12 de junho de 2020, do Banco Central do Brasil (BACEN);
- d. Fornecer suporte técnico às atividades objeto deste Termo de Referência, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;
- e. Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Contratante de maneira competitiva no mercado;
- f. Proceder, sem ônus para o Contratante, todas as adaptações de seus softwares necessários ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal e de Arrecadação do Município;
- g. Comprometer-se a comunicar obrigatoriamente e previamente, por qualquer meio formal, ao Município, por intermédio dos respectivos órgãos competentes, Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFA e Procuradoria-Geral do Município – PGM, o recebimento de qualquer determinação que implique em débito ou bloqueio na conta pagamento, inclusive os provenientes de decisões ou sentenças judiciais;
- h. Manter o histórico dos pagamentos do pessoal pelo período de vigência do contrato, e fornecer as informações, quando solicitadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias e, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- i. Findo o contrato, os arquivos deverão ser fornecidos ao Contratante em até 15 (quinze dias) úteis;
- j. Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão presencial, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;
- k. Os pagamentos que não atendam aos padrões estabelecidos nos procedimentos relativos ao sistema em operação deverão ser previamente autorizados pela SEMFA;
- l. Fornecer até 12 (doze) meses antes do final do contrato, toda e qualquer informação técnica necessária para subsidiar a próxima contratação.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Uma vez que o objeto da licitação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas, não há previsões orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 34.850.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).**

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pela Secretaria Municipal de Administração conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO- A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO– A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO QUARTO—A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO— A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionado no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the center, and a signature on the right with the number '5' written above it.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A CONTRATADA deverá pagar à CONTRATANTE o valor total de **R\$ 34.850.000,00 (trinta e quatro milhões e oitocentos e cinquenta mil reais)**, em 02 (duas) parcelas, no valor de **R\$ 17.425.000,00 (dezesete milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil reais)**, diretamente na conta corrente nº 22034-3, agência 6148, Banco Itaú, de titularidade da CONTRATANTE, a primeira, em 10 (dez) dias corridos a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município; e a segunda, 05 (cinco) dias corridos a partir da data do primeiro processamento da folha de pagamento de todos os entes envolvidos no presente contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de não pagamento em até 30 (trinta) dias do prazo previsto no CAPUT, a contratada ficará sujeita as penalidades previstas e o contrato será rescindido unilateralmente.

CLÁUSULA DÉCIMA : DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na Cláusula Quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial Eletrônico do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a **CONTRATADA**, sem prejuízo da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 :

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Órgão Licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo próprio Ordenador de Despesa.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusivo Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, prevista na alínea c, do caput:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois)anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo quinto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art.412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Os licitantes, adjudicatário se contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Os licitantes, adjudicatário se contratantes que forem penalizados por qualquer órgão ou entidade de qualquer esfera da Administração Pública com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ficarão impedidos de contratar com a Administração pública Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A aplicação da multa será escalonada da seguinte forma nos casos específicos abaixo descritos:

a– 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação referente ao pagamento do valor homologado na licitação, calculado sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10 % (dez por cento) do valor de contrato;

b– 0,2% (dois décimos por cento), calculado sobre o valor do crédito não efetuado, por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação na execução mensal do objeto contratado;

c– 0,3% (três décimos por cento) de 1/60 do valor homologado pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da notificação da rejeição, por dia decorrido;

d – 10 % (dez por cento) de 1/60 do valor homologado pela recusa em corrigir falha na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição;

e– 2% (dois por cento) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos itens anteriores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou **CONTRATADA** de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou **CONTRATADA** será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo para apreciação, antes de ser publicada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSOS

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do presente instrumento, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, não aceitas pelo Contratante, que impliquem em substituição da **CONTRATADA** por outra **INSTITUIÇÃO** financeira, e comprometa a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal nº 004, de 13 de Janeiro de 2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO

Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA : DISPOSIÇÕES GERAIS

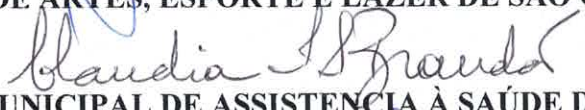
Em caso de eventuais contradições entre o presente instrumento e o seu anexo – Termo de Referência, prevalecerá o disposto naquele documento.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

São Gonçalo, 20 de novembro de 2020.


MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO


FUNDAÇÃO DE ARTES, ESPORTE E LAZER DE SÃO GONÇALO – FAESG


FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE
SÃO GONÇALO – FUNASG


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO


FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Augusto Soares
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO GONÇALO

21/01
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME/SG

Paula
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO - IPASG**

Paula
ITAÚ UNIBANCO S/A

TESTEMUNHAS:

Nome: *Guilherme Quinella*
CPF: *279.948.748-35*
Assinatura: *Guilherme*

Nome: *João Marcos P. L. Santos*
CPF: *054.732.692-99*
Assinatura: *João*



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete do Prefeito

PUBLICADO NO
« D.O. ELETRÔNICO »

EM 23 / 11 / 2020

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 24.142/2020.

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e ITAÚ UNIBANCO S.A.

OBJETO: Contratação de instituição financeira bancária para prestação de serviços bancários de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores municipais ativos, empregados, aposentados, pensionistas, pensionistas judiciais, conselheiros tutelares e estagiários da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo, dos pagamentos de fornecedores, prestadores de serviço e recebimento dos créditos provenientes de Pagamentos Instantâneos (PIX) em favor desta municipalidade, em caráter de exclusividade, com a permissão gratuita de uso de espaço físico para a instalação de agência ou posto bancário junto ao Paço Municipal, observada as demais especificações contidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

PRAZO: 60 (sessenta) meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regendo-se por toda a legislação aplicável à espécie, em especial pelas normas previstas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas regras insertas no Contrato PMSG nº 017/2020 e pelo Processo Administrativo nº 24.142/2020.

São Gonçalo, 20 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANJI

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

ATOS DO PREFEITO

DECRETO N.º 344/2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ALTERA O ORÇAMENTO E O QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1048 de 07 de janeiro de 2020 - Lei Orçamentária para 2020, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando o solicitado e justificado nos ofícios n.º 765/SEMDUR/2020, 1561/GAB/SEMED/2020 e GAB n.º 2439/2020-SMDS de 19 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar, e alterado o Orçamento, na forma do Anexo, do Fundo Municipal para Infância e Adolescência e das Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Urbano no valor de R\$ 4.371.000,00 (Quatro milhões e trezentos e setenta e um mil reais).

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, ficam alterados ainda o Quadro de Detalhamento da Despesa e o Plano Plurianual, aprovados respectivamente pelo Decreto n.º 005 de 13 de janeiro de 2020 e Lei n.º 1047 de 07 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Gonçalo, 19 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANJI

Prefeito

ANEXO DECRETO N.º 344/2020

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - EXERCÍCIO 2020

Órgãos: Fundo Municipal para Infância e Adolescência e Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento Urbano.

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	FONTE	VALOR (R\$ 1)	
				ACRÉSCIMO	CANCELAMENTO
20.27.12.361.2028.2.100	3.1.90.11.00	114	00	0,00	2.980.000,00
	3.3.90.32.00	CRUAR	00	2.980.000,00	0,00
20.59.15.122.2042.2.108	3.3.90.39.00	528	00	0,00	760.000,00
20.59.15.662.2051.2.101	3.3.90.30.00	548	00	0,00	560.000,00
	3.3.90.39.00	549	00	20.000,00	0,00
20.59.28.843.4009.0.003	4.6.90.71.00	561	00	1.300.000,00	0,00
23.44.08.243.1001.2.091	3.3.90.14.00		00	0,00	25.000,00
	3.3.90.30.00		00	71.000,00	0,00
	3.3.90.33.00		00	0,00	25.000,00
	3.3.90.36.00		00	0,00	5.000,00
	4.4.90.52.00		00	0,00	16.000,00
TOTAL				4.371.000,00	4.371.000,00

DECRETO N.º 345/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que nos termos do Decreto n.º 087/2020, de 06 de abril de 2020, foi determinada a intervenção na especialidade requisição administrativa pelo Poder Executivo de São Gonçalo do setor dos CAMPOS DE FUTEBOL E DO ESTACIONAMENTO DO CLUBE ESPORTIVO MAUÁ localizado Av. Presidente Kennedy 635, São Gonçalo - RJ, para atendimento da emergência gerada pela pandemia COVID19 pelo prazo de 06 (seis) meses, ou enquanto perdurar o estado de emergência no Município de São Gonçalo.

Considerando já ter cumprido a finalidade para qual foi o imóvel requisitado;

Considerando a construção do Hospital de Campanha pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e atualmente desativado;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n.º 087/2020, de 06 de abril de 2020, que determinou a intervenção na especialidade requisição administrativa pelo Poder Executivo de São Gonçalo do setor dos CAMPOS DE FUTEBOL E DO ESTACIONAMENTO DO CLUBE ESPORTIVO MAUÁ localizado Av. Presidente Kennedy 635, São Gonçalo - RJ, para atendimento da

emergência gerada pela pandemia COVID19, com a imediata devolução da posse ao Clube Esportivo Mauá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Gonçalo, 23 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANJI

Prefeito

DECRETO N.º 346/2020

REALIZA ADEQUAÇÕES EM MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, no uso das atribuições constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto n.º 342/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25 -

VI - as atividades de organizações religiosas, que deverão observar os protocolos definidos pelas autoridades sanitárias, e também observar o seguinte:

a) as pessoas que acessarem e saírem da igreja ou do templo religioso deverão realizar a higienização das mãos com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, colocadas em dispensadores e disponibilizadas em pontos estratégicos como na entrada, na secretaria, confessionários, corredores, para uso dos fiéis, religiosos e colaboradores;

b) manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação;

c) o responsável pela igreja ou templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar de celebrações ou eventos religiosos, caso apresentem sintomas de resfriado/gripe.

d) manter regramento do uso obrigatório e adequado de máscaras faciais e distanciamento social de 1,5 metro entre as pessoas.

§ 2º - Está proibida, assim, a realização de eventos e de qualquer atividade com presença de público, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como eventos desportivos (profissional e/ou amador), show, comício, passeata, academias, estúdios de musculação, estúdio de pilates, boxes de crossfit, centro de ginástica e estabelecimentos similares, parques internos e externos, lojas e salas de jogos, espaços de entretenimento, feiras livres e de artesanato e demais atividades que, não permitidas neste Decreto, acarretem aglomerações;

Art. 2º - Este Decreto tem vigor a partir da data de sua publicação.

São Gonçalo, 23 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANJI

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 24.142/2020.

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e ITAÚ UNIBANCO S.A.

OBJETO: Contratação de instituição financeira bancária para prestação de serviços bancários de processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores municipais ativos, empregados, aposentados, pensionistas, pensionistas judiciais, conselheiros tutelares e estagiários da Administração Direta e Indireta do Município de São Gonçalo, dos pagamentos de fornecedores, prestadores de serviço e recebimento dos créditos provenientes de Pagamentos Instantâneos (PIX) em favor desta municipalidade, em caráter de exclusividade, com a permissão gratuita de uso de espaço físico para a instalação de agência ou posto bancário junto ao Paço Municipal, observada as demais especificações contidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

PRAZO: 60 (sessenta) meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Regendo-se por toda a legislação aplicável à espécie, em especial pelas normas previstas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como

DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo - D.O.E. - | Poder Executivo | Ano I | N.º 219 | em 23 de novembro de 2020.

pelos regras insertas no Contrato PMSG n.º 017/2020 e pelo Processo Administrativo n.º 24.142/2020.
São Gonçalo, 20 de novembro de 2020.
JOSÉ LUIZ NANJI
Prefeito

SEMAD

PORTARIA N.º 321/SUBRH/SEMAD/2020

São Gonçalo, 22 de outubro de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições do seu cargo, e tendo em vista a delegação de competência determinada pelo Decreto 228/2018, de 01 de novembro de 2018.

RESOLVE exonerar a pedido o (s) servidor (es) abaixo, de acordo com o disposto no artigo 36, da Lei 050/91, de 05 de dezembro de 1991.

Matrícula	Nome	Cargo	Afastamento	Secretaria	Processo
19617	WILLIANA ANDRADE BARROS	KELLI PROFESSOR DOCENTE I	16/10/2020	06 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO	37489/2020

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal De Administração

CORRIGENDA

São Gonçalo, 10 de novembro de 2020.

CORRIGENDA DA PORTARIA 277/SUBRH/SEMAD/2020 - Publicada no Diário Oficial Eletrônico em 16/09/2020.

Onde se lê:

Matrícula	Nome	Posse	Cargo	Quinquênio	Início	Processo
9494	GILSON FONTOURA SILVA	11/09/1985	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	4º(2000-2005) 5º(2005-2010) 6º(2010-2015)	01/10/2020	25558/20
9780	JEFFERSON AZEVEDO DE	21/03/1986	PROFESSOR DOCENTE I	1º(1986-1991) 2º(1991-1996) 3º(1996-2001)	01/10/2020	29212/20
15042	ROSENI DA SILVA GONCALVES	18/04/1996	PROFESSOR DOCENTE II	2º(2001-2006) 3º(2006-2011) 4º(2011-2016)	01/10/2020	28409/20

Leia-se:

Matrícula	Nome	Posse	Cargo	Quinquênio	Início	Processo
9494	GILSON FONTOURA SILVA	11/09/1985	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	4º(2000-2005) 5º(2005-2010) 6º(2010-2015)	01/10/2020	25558/20
9780	JEFFERSON AZEVEDO DE	21/03/1986	PROFESSOR DOCENTE I	3º(1986-1991) 4º(1991-1996) 5º(1996-2001)	01/10/2020	29212/20
15042	ROSENI DA SILVA GONCALVES	18/04/1996	PROFESSOR DOCENTE II	2º(2001-2006) 3º(2006-2011) 4º(2011-2016)	01/10/2020	28409/20

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG N.º 079/2020

PROCESSO N.º 22.751/2020

HOMOLOGO o resultado do certame licitatório, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em fornecer um sistema de controle operacional e gerencial efetivo e automático das operações de consignações com desconto em folha de pagamento, fornecendo solução e tecnologia informatizada para geração automática das reservas, averbações e manutenção de lançamentos, incluindo implantação, migração de dados, treinamento de servidores que operarão o sistema, suporte e manutenção para a Administração direta do Município de São Gonçalo, não gerando ônus ao Município de São Gonçalo, tampouco os servidores. observadas as demais especificações contidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório que foram objeto do PREGÃO ELETRÔNICO PMSG N.º 079/2020, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, em favor da licitante elencada na planilha a seguir colacionada, que se sagrou vencedora no certame e apresentou toda documentação exigida no Edital de forma correta, sendo considerada apta a prestar os serviços visados nos autos do processo sub examine:

CNPJ: 03.881.239/0001-06 - ZETRASOFT LTDA					
Item	Descrição	Quantidade de linhas a serem processadas	**Valor estimado por linha processada	Valor Projetado - Estimado	**Valor Final - Melhor Lance (Valor a ser cobrado por linha processada)
1	Contratação de empresa especializada em fornecer um sistema de controle operacional e gerencial efetivo e automático das operações de consignações com desconto em folha de pagamento, fornecendo solução e tecnologia informatizada para geração automática das reservas, averbações e manutenção de lançamentos incluindo implantação, migração de dados, treinamento, suporte e	8.000	R\$ 2,71	R\$ 17.360,00	R\$ 0,01

manutenção para a Administração direta do Município de São Gonçalo, não gerando ônus ao Município de São Gonçalo, tampouco os servidores.				
**Valor unitário por lançamento de consignação em folha de pagamento (linha processada) a ser cobrada das instituições financeiras credenciadas no Município de São Gonçalo.				
Valor final por linha a ser processada:				R\$ 0,01

São Gonçalo, 19 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DA SECRETARIA

Defiro os processos abaixo relacionados:

Processos n.ºs 19483/2019, 47413/2019, 53825/2019, 36013/2020, 36109/2020, 40545/2020 e 41369/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 19 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DA SECRETARIA

Indefiro o processo abaixo relacionado:

Processo n.º 39046/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 19 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DA SECRETARIA

Corrigenda do Processo n.º 46662/2019 publicado no Diário Oficial Eletrônico do dia 17 de outubro de 2020.

Onde se lê: Indefiro.

Leia-se: Defiro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 19 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

IPASG

PORTARIA PRES/DPV N.º 218/2020, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, usando das atribuições do seu cargo e tendo em vista a delegação de competência determinada pela Portaria n.º 051/2017 de 13 de janeiro de 2017.

RESOLVE: aposentar RICARDO DE MACEDO LOPES, matrícula n.º 11519, função Auxiliar Administrativo, referência III-30, a contar da publicação desta portaria, com proventos integrais, conforme artigo 3º, incisos I, II e III, parágrafo único da E.C. n.º 47/2005 e processo n.º 000290/2020.

MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA

Presidente do IPASG

FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Processo n.º 000290/2020, RICARDO DE MACEDO LOPES, matrícula n.º 11519, função Auxiliar Administrativo, referência III-30, aposentado com proventos integrais conforme Portaria n.º 218/2020, a contar da data de publicação deste ato. Ficam fixados os proventos assim discriminados:

R\$1.189,91 - (Um mil cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) Vencimento base integral atribuído à categoria de Auxiliar Administrativo, referência III-30, de acordo com a Lei n.º 388/2011 publicada em 27/09/2011.

R\$654,45 - (Seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) 55% Adicional por Tempo de Serviço, de acordo com artigo 62, inciso V da Lei 050/91 c/c com artigo 59, inciso I, da Lei 376/GP/2011 publicada em 15 de setembro de 2011.

R\$1.189,91 - (Um mil cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) 100% Adicional de Desempenho Funcional, de acordo com a Lei n.º 478/2012 c/c o artigo 59, inciso V da Lei 376/GP/2011, publicada em 15 de setembro de 2011.

R\$71,39 (Setenta e um reais e trinta e nove centavos) 6% Adicional de Qualificação Profissional, de acordo com o artigo 39, Lei Municipal n.º 388/2011, publicada em 27 de setembro de 2011.

TOTAL DOS PROVENTOS: R\$ 3.105,66 (Três mil, cento e cinco reais e sessenta e seis centavos).



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Administração

PUBLICADO NO
« D.O. ELETRÔNICO »

EM 24 / 11 / 2020

PORTARIA Nº. 126/GABSEMAD/2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 63, da Lei Orgânica do Município e pelo Decreto nº. 186/2013 de 25 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores **FLÁVIO FREITAS SPÍNDOLA**, matrícula nº. 21.067, **LEONARDO RAMOS TEIXEIRA**, matrícula nº. 22.404 e **KELLY FONTELA FERREIRA**, matrícula nº. 16.412, para atuarem como fiscais do **CONTRATO PMSG Nº. 017/2020**, junto ao **ITAÚ UNIBANCO S/A**, firmado no bojo do Processo Administrativo nº. 24.142/2020 (art. 67, da Lei nº 8.666/93).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de novembro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO, 26 de novembro de 2020

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

Anna Luiza Perni da Cruz Cardoso
Secretária Municipal de Administração
Matrícula nº. 28.370

José Luiz Nanci
Prefeito

Parágrafo Único – O valor do caput deste artigo será acrescido à despesa elencada a seguir:

I – O valor de R\$ 2.448.000,00 (Dois milhões e quatrocentos e quarenta e oito mil reais) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.122.2095.2.212, Natureza da Despesa n.º 3.1.90.11.00, Fonte de Recursos n.º 21 – Recursos SUS.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado ainda o Quadro de Detalhamento da Despesa, aprovado pelo Decreto n.º 005 de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Constituem recursos para cobertura do crédito extraordinário aberto por este Decreto os provenientes do excesso de arrecadação decorrente da transferência de recursos do Governo Federal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, devendo ser dado imediato conhecimento do seu conteúdo ao Poder Legislativo.

São Gonçalo, 24 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANCE

Prefeito

DECRETO N.º 351/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE SERÁ DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1048 de 07 de janeiro de 2020 - Lei Orçamentária para 2020 e com a Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/1964;

Considerando o disposto na Nota Técnica SGE n.º 01/2020, publicada em 24 de junho de 2020 pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando o disposto no Decreto n.º 085 de 03 de abril de 2020 que declarou Estado de Calamidade Pública no Município de São Gonçalo, sendo reconhecido pela Lei Estadual n.º 8794/2020;

Considerando o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e Considerando o solicitado e justificado pela Fundação Municipal de Saúde constante no Processo n.º 42.306/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito extraordinário, e alterado o Orçamento, no valor de R\$ 11.715.444,38 (Onze milhões, setecentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único – O valor do caput deste artigo será acrescido às despesas elencadas a seguir:

I – O valor de R\$ 2.874.037,56 (Dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.122.2095.2.212, Natureza da Despesa n.º 3.1.90.11.00, Fonte de Recursos n.º 22 – Recursos Saúde (Estado).

II – O valor de R\$ 3.665.000,00 (Três milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.122.2095.2.212, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00, Fonte de Recursos n.º 22 – Recursos Saúde (Estado).

III- O valor de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.302.2049.2.107, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00, Fonte de Recursos n.º 22 – Recursos Saúde (Estado).

IV- O valor de R\$ 365.000,00 (Trezentos e sessenta e cinco mil reais) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.302.2082.2.134, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.00, (CRIAR) Fonte de Recursos n.º 22 – Recursos Saúde (Estado).

V- O valor de R\$ 311.406,82 (Trezentos e onze mil, quatrocentos e seis reais e oitenta e dois centavos) no Programa de Trabalho n.º 2351.10.303.2006.2.080, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.30.00, Fonte de Recursos n.º 22 – Recursos Saúde (Estado).

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado ainda o Quadro de Detalhamento da Despesa, aprovado pelo Decreto n.º 005 de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Constituem recursos para cobertura do crédito extraordinário aberto por este Decreto os provenientes do excesso de arrecadação decorrente da transferência de recursos do Governo Estadual.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, devendo ser dado imediato conhecimento do seu conteúdo ao Poder Legislativo.

São Gonçalo, 24 de novembro de 2020.

JOSÉ LUIZ NANCE

Prefeito

Designa:

a contar de 06 de abril de 2020, FLAVIA AZEVEDO DE MEDEIROS CABRAL – Mat.: 21283, para responder pela função gratificada de Responsável Técnico de Enfermagem do Centro de Triagem do Coronavírus de São Gonçalo na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, sem fazer jus à remuneração da referida função.

Port. n.º 2196/2020

SEMAD

PORTARIA N.º 126/GABSEMAD/2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 63, da Lei Orgânica do Município e pelo Decreto n.º 186/2013 de 25 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores FLÁVIO FREITAS SPINDOLA, matrícula n.º 21.067, LEONARDO RAMOS TEIXEIRA, matrícula n.º 22.404 e KELLY FONTELA FERREIRA, matrícula n.º 16.412, para atuarem como fiscais do CONTRATO PMSG N.º 017/2020, junto ao ITAÚ UNIBANCO S/A, firmado no bojo do Processo Administrativo n.º 24.142/2020 (art. 67, da Lei n.º 8.666/93).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de novembro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO, 26 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N.º 326/SUBRH/SEMAD/2020

São Gonçalo, 03 de novembro de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições do seu cargo, e tendo em vista a delegação de competência determinada pelo Decreto 228/2018, de 01 de novembro de 2018.

RESOLVE exonerar a pedido o (s) servidor (es) abaixo, de acordo com o disposto no artigo 36, da Lei 050/91, de 05 de dezembro de 1991.

Matrícula	Nome	Cargo	Afastamento	Secretaria	Processo
19393	VANESSA RIBEIRO OLIVEIRA	DE PROFESSOR - DOCENTE I	21/10/2020	06 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	38132/2020

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DA SECRETARIA

Defiro os processos abaixo relacionados:

Processos n.ºs 35127/2020, 40071/2020, 40128/2020, 40318/2020 e 40747/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 23 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

DESPACHO DA SECRETARIA

Indefiro os processos abaixo relacionados:

Processos n.ºs 7375/2020 e 39366/2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em 23 de novembro de 2020.

ANNA LUIZA PERNI DA CRUZ CARDOSO

Secretária Municipal de Administração

IPASG

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA CONSIGNAÇÃO FACULTATIVA EM FOLHA DE PAGAMENTO, FIRMADO ENTRE PRIMA VIDA ODONTOLOGIA EM GRUPO LTDA E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO - IPASG.

Processo: 001030/2019

Partes: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo – IPASG CNPJ n.º 32.538.167.0001-